



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA-GERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE INTELIGÊNCIA

PROJETO BÁSICO Nº 1/ 2022 - CGINT

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de coletes e bonés a serem confeccionados conforme padrão delimitado neste Projeto Básico, destinados à utilização pelo pessoal dos Setores de Inteligência do Centro de Coordenação-Geral e dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QDT	PREÇO DE REFERÊNCIA	CÓDIGO SIASG
1	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento para aquisição de coletes, inclui a confecção e o fornecimento de coletes de composição: 70% pés. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor areia: 729 (Ref. Pantone - DS 11-8 U).	UN	65	R\$ 168,00	467397
2	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento para aquisição de boné, inclui a confecção e o fornecimento de boné de composição: 70% pés. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor preto: 900.	UN	100	R\$ 33,00	150489

1.2. Havendo divergência entre o produto descrito no CATMAT e o informado na descrição complementar, prevalece o informado na descrição deste Projeto Básico.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são alocados para aquisição na modalidade menor preço, estabelecido de acordo com as especificações de cada item.

1.4. Os itens serão entregues no local indicado pela Contratante, onde serão atendidos pela garantia descrita neste instrumento, conforme previsão neste Projeto Básico.

1.5. O Termo Substitutivo de Contrato terá vigência pelo período de um ano, não podendo ser prorrogado.

1.6. A Dotação Orçamentária para aquisição de coletes e bonés a serem confeccionados conforme padrão delimitado neste Projeto Básico, destinados à utilização pelo pessoal dos Setores de Inteligência do Centro de Coordenação-Geral e dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho., conforme a seguir:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0006 – Ações de Inteligência
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168637
- f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento para aquisição de coletes, inclui a confecção e o fornecimento de coletes de composição: 70% pés. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor areia: 729 (Ref. Pantone - DS 11-8 U).	33.90.30.23 - Uniformes, tecidos e aviamentos
2	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento para aquisição de boné, inclui a confecção e o fornecimento de boné de composição: 70% pés. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor preto: 900.	33.90.30.23 - Uniformes, tecidos e aviamentos

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

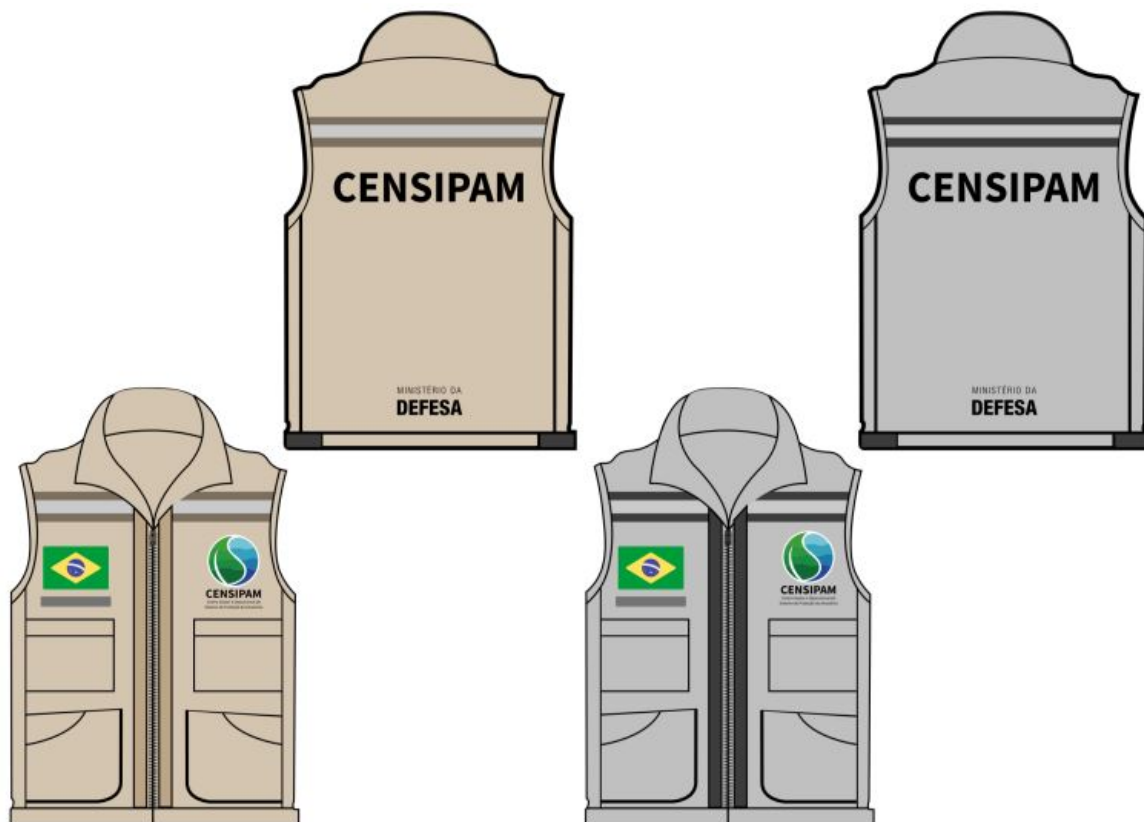
2.1. Identificar e padronizar a apresentação dos integrantes da Coordenação-Geral de Inteligência (CCG) e dos respectivos Setores de Inteligência nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, sobretudo por ocasião de participações nas operações em apoio aos órgãos parceiros. Além disso, o boné terá a função de equipagem de proteção individual (EPI) contra raios solares, mormente na região Amazônica, conforme artigo 24 da lei nº 8.666/93

2.2. A presente contratação será conduzida por dispensa de licitação em razão de seu valor total da compra dos itens especificados neste Projeto Básico, conforme previsão do artigo 24, II da Lei nº 8.666/93.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Aquisição visando a confecção e fornecimento de coletes, inclui a confecção e o fornecimento de coletes de composição: 70% pés. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor areia: 729 (Ref. Pantone - DS 11-8 U), conforme detalhamento da Figura 01.

Figura 02.



3.1.1. Detalhamento da Figura 01:

a. FRENTE

- Acabamento em viés (rip stop) na cor musgo: G08, com abertura em zíper reforçado;
- Gola com 5 cm de largura;
- Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2 cm de altura;
- Acima da Fita deverá ser bordada a Bandeira do Brasil com 6,5 cm de comprimento e 4,5 cm de altura;
- Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), fechamento em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 2 (duas) canetas;
- 4 (quatro) bolsos independentes, porém germinados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos;
- Logo do CENSIPAM bordado, com 7 cm de diâmetro, localizado na altura do peito do lado esquerdo, alinhado com a bandeira do Brasil;
- As inscrições "CENSIPAM" e "Centro Gestor e operacional do sistema de Proteção da Amazônia" deverão ser bordadas e atender a proporcionalidade e especificações das Figuras 02 e Figura 3.

- Faixa refletiva com 2 cm de largura, centralizada sobre a faixa, na cor musgo, de 4 cm de largura a 6 cm abaixo da costura do ombro;

Figura 02.



Tipografia - Source Sans Pro

A Source Sans Pro é uma fonte sem serifa destinada a funcionar em interfaces de usuário

Source Sans Pro - Bold

Source Sans Pro - Regular

CENSIPAM

Source Sans Pro - Bold

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

1234567890!@#\$%^&*()

Centro Gestor e Operacional do
Sistema de Proteção da Amazônia

Source Sans Pro - Regular

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

1234567890!@#\$%^&*()



Figura 03.



b. COSTAS

- Faixa refletiva na parte superior, 6 cm abaixo da costura do ombro, com 2 cm de largura, centralizada sobre a faixa, na cor musgo, de 4,0 cm de largura;
- A inscrição "CENSIPAM", deverá ser bordada 3 cm abaixo da faixa refletiva, na cor preta, fonte tamanho 150 (cento e cinquenta) tipografia Soure Sans Pro;
- A inscrição "MINISTÉRIO DA" deverá ser bordada na cor preta (Pantone P Process Black C), com tipografia prioritária Helvetica Neue LT 47 light Condend, com 20 centímetros de largura, conforme Figura 04.
- A inscrição para "DEFESA" Helvética Neue LT Std 87 Heavy Condenced para "DEFESA" com 20 centímetros de largura, conforme Figura 04.
- A identificação visual "MINISTÉRIO DA DEFESA" deverá ser bordada aproximadamente 5 cm acima costura da fita de ajuste a cintura, conforme Figura 04.

Figura 04.



NOTA: Embora a Helvética Neue deva ser utilizada como tipografia principal, caso esta não esteja disponível pode-se utilizar a tipografia Arial Narrow Regular/Bold e Verdana Regular/Bold como tipografia de apoio.

- Deverá ser fixado em cada lado das costas uma fita em material (rip stop) com 12 cm de comprimento e 2,5 cm de largura, sendo que na parte interna deverá ser fixado tecido em velcro macio de 5 cm de comprimento e 2,5 cm de largura e o comprimento restante (7 cm) com velcro áspero para ajuste do colete a cintura. A fixação da fita deverá ser iniciada a uma distância de 7,0 cm da costura que divide a frente das costas até a distância de 12 cm, totalizando 5 cm de fixação. A outra extremidade da fita deverá coincidir com a costura que divide as costas da parte da frente do colete; e

- Deverá ser fixada a uma distância de 4 cm da costura que divide a frente do colete com as costas uma argola em material resistente (metal que não oxida) em cada lado das extremidades.

3.2. As quantidades/tamanhos dos coletes deverá observar a distribuição a seguir:

3.2.1. Os coletes deverão ser entregues nos seguintes tamanhos/quantidades:

- a) Tamanho P: 8 UN;
- b) Tamanho M: 30 UN;
- c) Tamanho G: 22 UN; e
- d) Tamanho GG: 5 UN.

Totalizando 65 UN (unidades).

3.2.2. A confecção dos coletes seguirá as medidas constantes da tabela abaixo:

TABELAS DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS											
ITENS	NUMERAÇÃO	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58
	TOLERÂNCIAS	P		M		G		GG		EG	
Busto	De -1 a +1	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66
Costas		33	34	35	36	37	38	39	40	41	42
Contorno de cava		58	59	60	61	62	63	64	65	66	67
Comprimento (médio)		66	67	68	69	70	71	72	73	73	73

3.3. Aquisição visando a confecção e fornecimento de boné, inclui a confecção e o fornecimento de boné de composição: 70% pés. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor preto: 900. Contendo velcro de 2 cm de largura forrado pelos dois lados para regulagem de cabeça, suador de carneira, aba curva sem bordado na aba, conforme detalhamento da Figura 04.

Figura 05.



3.3.1. Detalhamento da Figura 05:

a. PARTE FRONTAL - Deverá ser bordado a logo e descrição do CENSIPAM bordado, conforme Figura 04, centralizado em tamanho proporcional a parte frontal do boné.

b. LADO DIREITO - Deverá ser bordada a bandeira do Brasil (dimensões aproximadas de 4 cm de comprimento e 2,5 cm de altura).

c. PARTE TRASEIRA - Deverá ser bordada a inscrição "Censipam", centralizada na regulagem de cabeça, na cor branca, fonte Arial Black, em tamanho proporcional à largura da regulagem.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum.

4.2. Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

5. ENTREGAS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos itens não será parcelado, devendo os produtos serem entregues em até 30 (trinta) dias logo após o recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do Termo Substitutivo de Contrato pelo fornecedor vencedor da menor proposta, no seguinte endereço:

CCG - Centro de Coordenação-Geral do CENSIPAM, localizado no Setor Policial Sul Área 5 - Quadra 03 Bloco K CEP: 70610-200 - Brasília-DF – Fone (61) 3214-0336/3214-0267, no horário de 9:00 às 11:30 e 14:00 às 17:30 horas.

5.2. Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

5.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste PB e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo Substitutivo de Contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste PB;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste PB e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste PB e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo Substitutivo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no PB, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no PB e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: quantidades, numeração e prazo de garantia;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste PB, os itens com avarias ou defeitos de fabricação;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do Termo Substitutivo de Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo Substitutivo de Contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo Substitutivo de Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Termo Substitutivo de Contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo Substitutivo de Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O recebimento dos itens será objeto de acompanhamento, controle e fiscalização por servidores designados, na forma do art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

10.5. A fiscalização se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues, caso estejam em desacordo com as especificações deste instrumento.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do Termo Substitutivo de Contrato.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

11.9. Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Termo Substitutivo de Contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14. Será rescindido o Termo Substitutivo de Contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6
----------	-----	-------------------------	---

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

13. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. fraudar na execução do Termo Substitutivo de Contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal; e
- 14.1.6. não mantiver a proposta.
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo Substitutivo de Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo Substitutivo de Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e
- 14.2.6.1. a sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico.
- 14.2.6.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5 e 14.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 14.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 14.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 15.1. Conforme pesquisa de preço praticado pelo Setor de Precificação da COPAL/CENSIPAM, a proposta de menor valor correspondente à aquisição pretendida foi de R\$ 14.220,00 (Quatorze Mil, Duzentos e Vinte Reais), conforme apresentado no Mapa Comparativo de Preços (4546744).
- 15.2. O valor acima obtido tem como fonte pesquisa baseada no Parâmetro IV, em consonância com o Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 16.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá no presente exercício, à conta da seguinte Dotação Orçamentária de 2020, do Orçamento Geral da União:
- Órgão/Unidade: 110511 – Censipam/MD.
 - AÇÃO: 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM
 - FONTE: 100
 - PROGRAMA: 6011 - Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
 - Plano Orçamentário (PO): 0006 - Ações de Inteligência
 - Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168637
 - Natureza da Despesa:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	NATUREZA DA DESPESA
1	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de coletes, inclui a confecção e o fornecimento de coletes de composição: 70% pês. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor areia: 729 (Ref. Pantone - DS 11-8 U).	33903023
2	Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de boné, inclui a confecção e o fornecimento de boné de composição: 70% pês. / 30% algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480, referência Santista ou similar; Cor preto: 900.	33903023

PTA/2022: 036/22 – Aquisição de coletes e boné operacionais

17. DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

17.1. A licitante vencedora deverá observar o seguinte critério de prática de sustentabilidade ambiental conforme estabelecem a IN/SLTI/MPOG nº 01/2010:

17.1.1. Que os itens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

17.1.2. Que os itens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

17.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A garantia dos itens contra defeitos de fabricação é de 12 meses, a contar da data de emissão da fatura (Nota Fiscal) correspondente à aquisição.

18.2. O fornecedor se obriga a substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção, fabricação ou apresentar adulteração de qualidade ou sofrer eventual alteração em suas características, no prazo de sua validade, desde que não causada por inconveniência na estocagem pelo CENSIPAM, caso fortuito, negligência ou por terceiros; e

18.3. A substituição de que trata a alínea anterior deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal do CENSIPAM.

19. DO FUNDAMENTO LEGAL E DO MODO DA LICITAÇÃO

19.1. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, (Código de Defesa do Consumidor);

19.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

19.3. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

19.4. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (Código Civil /02);

19.5. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

19.6. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

19.7. Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preço para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, com alterações constantes da IN nº 7, de 29.08.2014 e IN nº 03, de 20.04.2017.

Brasília - DF, 18 de janeiro de 2022.

RAFAEL DA CONCEIÇÃO SACRAMENTO

Integrante Administrativo

FLÁVIO VIEIRA DE CASTRO

Integrante Requisitante

De acordo, encaminhe-se ao Ordenador de Despesas.

RAIMUNDO LOPES CAMARGOS FILHO

Coordenador-Geral de Inteligência

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesas

Aprovo este Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para as providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Jul/2020



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Vieira de Castro, Assistente Técnico(a) Militar**, em 18/01/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael da Conceição Sacramento, Supervisor (a)**, em 10/02/2022, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Lopes Camargos Filho, Coordenador(a)-Geral**, em 10/02/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador(a) de Despesas**, em 15/02/2022, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 15/02/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **4560776** e o código CRC **A17E2CD2**.